

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-026 Versão 5

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503725099	ADAE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA
Morada (Sede Social)	
L DA REPUBLICA-EDF. DA CAMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	
Código Postal	Localidade
2410-124	LEIRIA
NUT III	NUT II
Região de Leiria	Centro
Telefone	E-mail
244822152	adae@adae.pt
Telefax	

244822796

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adae.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

João Salgueiro

Telefone Responsável

244822152

Cargo Responsável

Presidente da Direção

Telemóvel Responsável

961100201

Serviço/Departamento

Direção

Email Responsável

adae@adae.pt

Email Alternativo

alcina.costa@adae.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADAE, força viva da região, foi criada em 1994 e é constituída por diversas entidades (Municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós, CIMRL, ACILIS, CEPAE, NERLEI, Turismo do Centro, Escola Profissional de Leiria, IPL, CCAM Leiria, Adega Coop. Batalha CRL e Resipinus). Em janeiro de 2015 aderem como associados: Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, Pínea, Sta Casa da Misericórdia de Leiria, CCAM Batalha, Orfeão de Leiria, Irmandade da Sta Casa Misericórdia da Batalha, Sta Casa da Misericórdia de Porto de Mós e Coop. Agrícola da Batalha. Foi criado um novo órgão: Conselho Consultivo, constituído pelas seguintes entidades: Quercus, ADLEI, IEF, ISS, IP, IPDJ, IP, Quercus, Oikos, Enerdura e Confagri o que veio consolidar/formalizar as parcerias informais que a ADAE já vinha desenvolvendo desde há 20 anos com estas entidades. Ao longo da sua existência, foi implementando, desenvolvendo e gerindo fundos comunitários nas mais diversas áreas, nomeadamente: apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação de emprego, na melhoria das condições da literacia, da formação e da educação de adultos, na implementação de projetos de dinamização da região, do artesanato, das artes e dos saber-fazer, na gestão de fundos e programas comunitários e nacionais (de relevar a Iniciativa Comunitária LEADER II, LEADER +, Medida 3 do Proder, Agris.....), em ações de formação e qualificação profissional, (Fordesq, POEFDS, POPH, CNO, ações modulares certificadas, EFA...), bem como na promoção de seminários, colóquios, conferências, feiras, mostras, desenvolvimento de parcerias nacionais e transnacionais...(Cooperação Leader para o desenvolvimento, Interreg). Destaque para: Gabinete de Apoio Técnico (informação, orientação e sistemas de incentivo ao investimento e ao empreendedorismo); EDIC – Centro de Informação Europeu; Dinamização de Projetos de Cooperação: Formação/Qualificação (para exterior e colaboradores – Acreditada pela DGERT); PACA, Mostras e Ações de Promoção Conjuntas, Ações com carácter Participativo da População, Apoio e Promoção da Agricultura Local, Promoção do Território, qualificação); Relacionamento Institucional com a CIMRL e a ENERDURA; promoção de produtos locais e do território (Loja do Mundo Rural-Batalha e Loja Portugal Rural - Lisboa); Acreditada como gestora da Bolsa de Terras da nossa região, Parceria firmada com a Confagri, para apoiar os agricultores e apoiar no parcelário; Integrou o 1.º Conselho Regional Agrário da Beira Litoral; Integrou o grupo de Missão do Programa FORAL; Entidade Certificada - referencial da Norma ISO 9001:2008; Criou a Nova ADAE – prestação de serviços Unipessoal, com a loja do Mundo Rural na Batalha para apoio aos produtores locais; Integra a parceria com um conjunto de entidades no âmbito do Batalha Finicia, Acreditação para integrar a rede SIM – Microcrédito da Minha Terra; Participação no projeto Q3 – Qualificação para o terceiro sector; entre outros.

Nos 20 anos de existência e ao longo dos quadros anteriores demonstrou ter capacidade na implementação de estratégias de desenvolvimento, quer a nível físico, financeiro, através de parcerias nas diversas áreas de atuação, quer a nível de recursos humanos qualificados e multidisciplinares, em prol do desenvolvimento rural e da melhoria das condições de vida das populações, sustentado pelos seguintes resultados alcançados:

- na gestão de programas de apoio ao investimento (LEADER II, LEADER +, Medida 3 do Proder) foram recebidas 613 candidaturas com um investimento total de 52.773.107,71€, aprovadas 324 candidaturas com um investimento de 20.558.894,78€ e financiamento de 12.448.390,08€. Foram ainda criados 430 postos de trabalho.
- no âmbito do apoio técnico prestado, foram atendidos 1.049 promotores da região, realizadas 722 reuniões/sessões de informação e elaborados 350 processos de candidatura para promotores.
- no âmbito da atividade interna para desenvolvimento e promoção do território, a ADAE executou 20 projetos de cooperação aprovados (quer a nível interterritorial quer a nível transnacional), participou e dinamizou 75 ações de promoção do território e executou 50 projetos aprovados que propôs a Fundos e Programas.
- No âmbito da formação/qualificação, e em relação ao CNO, teve 3.609 adultos inscritos, 1.415 adultos certificados, e realizou 368 sessões. Relativamente a outras formações, desenvolveu 705 ações de formação para um total de 5.413 formandos e 22.620 horas de formação. Estes resultados evidenciam a grande atividade da associação e dos seus parceiros no território, respondendo à premente necessidade de gerar novas formas de intervenção, nesta heterogeneidade de recursos que caracterizam a nossa região, assumindo-se como elo de ligação e de convergência de interesses das forças vivas da região.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
508035546	CIMRL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	17/04/2007	19/12/2007	94995	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
501290206	MUNICÍPIO DA BATALHA	15/01/2004	15/01/2004	84113	Autarquias Locais
505586401	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	01/01/1970	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
500008302	Adega Cooperativa da Batalha, CRL	02/02/1959	02/02/1959	11021	Cooperativas
503725099	ADAE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ALTA ESTREMADURA	29/06/1994	29/11/1995	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503968323	ADLEI - Associação para o Desenvolvimento de Leiria	13/06/1989	13/06/1989	94995	Associações e fundações privadas
500849579	Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós	13/08/1975	13/08/1975	94110	Associações e fundações privadas
510726089	Associação de Destiladores e Exploradores de Resina	12/07/2013	02/09/2013	94110	Associações e fundações privadas
501071458	ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIARIOS DO VALE DO LIS	21/09/1948	21/09/1948	01610	Associações Públicas
502286296	NERLEI - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LEIRIA	05/05/1989	02/04/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500978921	Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Leiria, CRL	03/01/1915	03/01/1915	64190	Cooperativas
505776758	MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE	20/01/1917	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
505181266	MUNICÍPIO DE LEIRIA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
500989010	CCAM Batalha CRL	30/04/1933	12/07/1933	64190	Cooperativas
503874825	Centro do Património da Estremadura	01/01/1993	01/01/1994	94991	Associações e fundações privadas

501652299	CONFAGRI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL CCRL	03/10/1985	01/04/1986	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500074682	Cooperativa Agrícola do Concelho da Batalha, CRL	31/01/1961	31/01/1961	47112	Cooperativas
505074737	Enerdura	23/10/2000	29/12/2000	94995	Associações e fundações privadas
504603205	Escola Profissional de Leiria	04/10/1989	02/08/1999	85320	Associações e fundações privadas
507226828	Freguesia da Moita	04/10/1985	04/10/1985	84113	Administração Local
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
506971244	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	16/08/1980	16/08/1980	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
510089224	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	21/09/2011	21/09/2011	84123	Administração Central
501932488	Irmadade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha	01/01/1986	01/01/1986	94910	Associações e fundações privadas
502603615	OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria	08/02/1990	08/02/1990	94992	Associações e fundações privadas
501150480	Orfeão de Leiria	16/11/1946	16/11/1946	85593	Associações e fundações privadas
501736492	QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	31/10/1985	31/10/1985	94992	ONG - Organização Não Governamental
500848963	Santa Casa da Misericórdia de Leiria	23/03/1904	01/01/1981	87301	Associações e fundações privadas
501225420	Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós	26/05/1911	31/05/1990	87301	Associações e fundações privadas

508808324	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL	15/09/2008	02/01/2009	84123	Associações Públicas
513005781	Pinea – Associação Florestal litoral	06/05/2014	06/05/2014	2400	Associações e fundações privadas

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Região de Leiria

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Porcentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território da parceria abrange 33 das 35 freguesias dos concelhos da Batalha, Leiria, M^a Grande e Porto de Mós. Possui 149.612 hab, uma superfície de 949 km² e densidade populacional de 158 hab./km². É caracterizado por uma elevada heterogeneidade de recursos (agrícolas, florestais, marítimos, fluviais), forte concentração de população nas sedes de concelho. Sobressaem características rurais (ou periurbanas), elevada dispersão da população pelas várias freguesias e lugares não urbanos.

Possui uma posição geográfica privilegiada com uma rede de acessos onde se destacam os eixos rodoviários principais e complementares que fazem a ligação norte-sul (A1, A17, A8, A19 e IC2) e oeste-este (IC9 e IC36) facilitando as ligações regionais.

Com infraestruturas rodo/ferroviárias, o território tem boas ligações aos portos comerciais da Figueira da Foz, Aveiro e Lisboa, e ao aeroporto de Lisboa.

Destaca-se a existência da Base Militar Monte Real, vocacionada para fins militares, sendo uma das pretensões da região, a modernização e requalificação para acolher aeronaves civis de maior dimensão.

No censo 2011, os 4 concelhos registavam uma população de cerca de 205.000 hab. com mais de 1/2 da população, cerca de 126 mil hab., concentrada no concelho de Leiria.

A população está maioritariamente localizada em lugares não urbanos (67%) (periurbanos ou rurais), com cerca de 138.000 hab.

A dinâmica demográfica, dos concelhos da ADAE registou uma variação positiva da população no período intercensitário. À exceção da M.^a Grande, a tx de migração registou um crescimento negativo, o território não é atrativo para novos residentes.

Economia, mercado de trabalho e qualidade de vida

Leiria aglutina funções que servem o concelho e o Hinterland, permitindo-lhe apresentar indicadores inflacionados relativamente aos concelhos limítrofes.

O rendimento das empresas regista uma importância elevada nos concelhos da Batalha e M.^a Grande. O rendimento é mais baixo no concelho de Porto de Mós, tanto na coleta sobre pessoas singulares como coletivas.

O concelho de Leiria concentra o rendimento das famílias e empresas, ultrapassando os 700€ de imposto sobre pessoas singulares cobrado em 2011.

Verifica-se uma queda do efetivo empresarial como resultado de uma baixa constante da tx de natalidade e um aumento preocupante da tx de mortalidade empresarial, a partir de 2008.

Em resumo, apenas 10% das empresas criadas no último período sobrevivem + de 2 anos, em relação a

12% em 2006, em relação à média nacional.

A capacidade competitiva da Região de Leiria assenta nos recursos naturais, constata-se uma margem para uma maior expressão da diferenciação do produto.

Estas características consubstanciam sinais da dependência da economia sub-regional em produtos tradicionais com fraca capacidade para competir em mercados exigentes e dependentes da procura interna. Num novo contexto, em que um grupo consolidado de empresas se direciona para a exportação, poderão surgir oportunidades associadas a áreas de negócio adjacentes e complementares, onde as questões do valor do produto e o complemento às atividades económicas de sucesso assumem importância central. O investimento FEADER assume sem dúvida este caráter de complementaridade, devendo-se apostar no fomento de respostas empresariais que se possam constituir em fornecedoras de empresas marcadas por estratégias de contenção de custos em contextos altamente globalizados e competitivos.

A abordagem DLBC será um contributo substancial a esta dinâmica empreendedora, atuando e incentivando a montante dos setores empresariais mais dinâmicos, apoiando a atividade de PME nas áreas agrícolas, de comércio e de serviços no fornecimento de produtos/serviços de qualidade ou que trazem modos de produção e de qualidade próprios de realidades rurais, que os processos industrializados fazem esquecer. O território ADAE caracteriza-se por uma incidência elevada do setor secundário (medido pelo VAB). As indústrias predominantes da Região de Leiria integram em particular o setor dos moldes/plásticos, produtos metálicos, minerais não metálicos (cerâmica, rocha, vidro, cimento), têxteis e alimentares. Existem atividades relacionadas com a floresta: madeiras, silvicultura, máquinas e outras atividades (energia, gastronomia, lazer, resinas, turismo...).

A expressão do setor primário é comparável com a média regional e reflete-se na dimensão das explorações agrícolas, que se caracteriza da seguinte forma: Porto de Mós – pequena propriedade, fator trabalho relevante, aproveitamento das terras para prados e culturas permanentes; restantes concelhos – pequena propriedade, intensidade reduzida de trabalho, e terras pouco aproveitadas para fins agrícolas.

Conclusões: a escassa dimensão de explorações agrícolas é um problema de escala para a sua valorização económica; o concelho de Porto de Mós é caracterizado por pastagens permanentes; os restantes concelhos são dominados pelo pequeno agricultor, cuja valorização económica dependerá de lógicas de aglomeração ou criação de redes, nomeadamente em termos de itinerâncias para tornar sustentável os produtos para comercialização; vantagens das pequenas explorações para a agricultura biológica (pequena escala, elevada qualidade); a valorização económica deverá conduzir apenas a complementos de rendimento, dada a escala reduzida; contactos próximos com a terra em contexto urbano.

Na pecuária, a exploração no território centra-se na suinicultura (Leiria e Porto de Mós) e na avicultura (Leiria). O concelho de Leiria reúne cerca de 10% do efetivo de suínos do território nacional. Com uma tx de atividade superior à média, a tx de desemprego regista um nº demasiado elevados.

Na M.^a Grande, a tx de desemprego atinge 11,1% e a tx de desemprego jovem 23,4%. Esta tendência encontra reflexo no nº de beneficiários de subsídio de desemprego.

Em Porto de Mós, 7 em cada 100 pessoas está a receber este subsídio. Em oposição, a população com + de 55 anos de idade encontra ocupação neste território, o que significa que as empresas têm necessidade de incorporar e mobilizar nos seus quadros ativos com maior experiência e know-how específico.

Eficiência de recursos

A pecuária é um dos sectores que mais contribui para as emissões de NH₃ na atmosfera, registando-se valores elevados no território.

Ao analisar a dimensão média do efetivo bovino (o nº de cabeças de gado por exploração), verifica-se que as freguesias de Coimbra, Mendiga e São Bento apresentam um efetivo bovino de 25 a 100 cabeças por exploração, o que se reflete nos elevados níveis de Amónia (NH₃) registados.

As práticas agrícolas têm uma ação importante na conservação do solo, já que podem desencadear processos de degradação ou, pelo contrário, melhorar a sua fertilidade.

No seguimento de investimentos consideráveis e integrados nas redes de infraestruturas de abastecimento/tratamento de águas e de tratamento/saneamento de águas residuais, os diversos municípios de Portugal registaram uma melhoria apreciável em ambos os indicadores, como é o caso dos concelhos da ADAE.

A Região de Leiria possui recursos cuja utilização tem potencial para alterar a dependência energética, tem um grande nº de explorações pecuárias de suínos e bovinos, o que permite a sua exploração energética (biogás); um vasto coberto vegetal que serve de matéria para a biomassa.

Foram identificados constrangimentos: a existência de edifícios antigos e mal preparados em termos de isolamento de calor, que originam perdas de calor, e a antiguidade e desadequação das redes de distribuição de água e eletricidade que colocam dificuldades à progressão dos indicadores de eficiência energética.

Inclusão Social e Pobreza: Porto de Mós apresenta níveis de dependência de idosos ligeiramente inferiores à média da região. Verifica-se pelas tx de utilização e a tx de cobertura no que se refere às 2 faixas etárias.

crianças e idosos, uma cobertura aquém das necessidades: o índice de cobertura de creches situa-se abaixo dos 50% da média regional; o índice de cobertura para a população idosa não chega aos 20%. O RSI é 1 dos indicadores mais utilizados para a determinação de situações de pobreza. M.^a Grande sobressai de forma a tornar prioritária a definição de medidas neste âmbito.

Os restantes concelhos registam números abaixo da média, não constituindo no caso da Batalha problema significativo.

Em termos de beneficiários de subsídio de desemprego e RSI, a Região mantém uma posição favorável face ao contexto nacional, resultante do seu modelo económico baseado em atividades intensivas em trabalho, com mão-de-obra de baixo custo e pouco qualificada.

Esta situação pode revelar um equilíbrio social positivo mas é importante questionar se estão a ser realizadas as devidas sinalizações de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza.

Educação e formação: A qualificação da população Portuguesa é o principal instrumento para ultrapassar as dificuldades atuais e promover o desenvolvimento sustentável. A abordagem DLBC pretende constituir-se como uma resposta complementar e baseada na comunidade, relativamente às estratégias da administração central, nomeadamente aquelas emanadas do Ministério da Educação. As políticas de educação e reforço de qualificação do capital humano na Região de Leiria resultaram em indicadores favoráveis, em particular a aposta na educação para adultos, através dos cursos EFA e RVCC. Este território apresenta indicadores superiores à média, conquanto existem situações particulares que importa abordar. A inversão do cenário atual obriga a uma aposta na valorização de competências e formação ao longo da vida e, para as classes etárias mais jovens, a uma aposta no ensino obrigatório. As tx de abandono e retenção devem ser um indicador a trabalhar.

Nos Censos 2011, quase 1 em cada 10 jovens abandonava o percurso escolar antes de completar o ensino secundário. Persistiam níveis elevados de retenção no território, que importa abordar: problemáticas específicas como o abandono escolar no concelho da M.^a Grande e a retenção e desistência no concelho da Batalha. Com base na EIDT/Região de Leiria 2020 e procurando traçar um quadro geral sobre o posicionamento da Região no âmbito da pobreza e inclusão social, registam-se as seguintes conclusões: população em risco de pobreza acima da média Europeia; níveis de pensões da Segurança Social abaixo da média Portuguesa; desigualdade entre pensões e subsídios da população masculina e da feminina; parcela elevada de indivíduo

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Políticas favoráveis ao apoio à inovação e empreendedorismo
- Crescimento exponencial dos indicadores de inovação.
- Fertilização dos moldes em outros clusters e polos nacionais
- Projetos inovadores na área da produção e consumo de energia
- Modernização no setor dos serviços
- Apoio à aprendizagem ao longo da vida Ações integradas em bairros sociais
- Metodologias de trabalho inovadoras e baseadas na proximidade com a comunidade
- Know-how e tradição industrial
- Capacidade empreendedora

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- Pressão urbana e industrial
- Aumento do preço da energia
- Dificuldade na implementação de medidas de apoio à eficiência energética
- Restrições orçamentais na administração pública
- As políticas de emprego Mudanças climáticas e impacto orçamental
- Aumento do preço dos combustíveis.
- Pressão fiscal
- Problemáticas de coesão social
- Envelhecimento da população

Principais Pontos Fracos

- Centro industrial
- Qualificação RH
- Recuperação atividade económica
- Inst. Politécnico Leiria
- Elevado poder de compra/pc
- Abertura ao comércio internacional
- Experiência da ADAE/ LEADER
- Construção de confiança associativa
- Riqueza natural Serras Aire Candeeiros/Pinhal Leiria
- Património histórico
- Região com trajeto/visão integradas
- Resiliência do emprego
- Cobertura abastecimento/tratamento de água
- Inovação limitada a indústrias de transformação
- Atividades dependentes de recursos naturais e locais
- Escassa ligação à agricultura
- Ligação insuficiente setor primário/transformação
- Desigualdade económica e falta de coesão social
- Abandono escolar
- Problemas ambientais
- Emissão de poluentes elevada
- Focos de pobreza e exclusão social
- Respostas sociais insuficientes
- Falta de estruturação da ligação cidade/campo
- Ineficiência energética
- Desemprego elevado

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Com base no diagnóstico realizado e no contributo da parceria refletiu-se sobre o posicionamento a valorizar face à promoção das potencialidades e mitigação das ameaças, e a resposta às necessidades e oportunidades referenciadas na análise swot, identificam-se os principais desafios estratégicos e fatores críticos de sucesso para o território, em que se verifica: Dispersão populacional, com focos de isolamento em aldeias; Forte presença de explorações pecuárias com enfoque nas de pequena dimensão; Níveis elevados de emissões poluentes; Lacunas remanescentes ao nível do saneamento; Atividades dependentes de recursos naturais com consequências ao nível da degradação ambiental; Tendência para aumento do nível de desemprego; Focos de pobreza e exclusão social; Escassez de apoio em situações específicas de exclusão social; Respostas sociais insuficientes para os idosos relacionados com o envelhecimento e a saúde mental; Abandono escolar e aumento dos níveis de retenção; Dispersão populacional, com focos de isolamento nas aldeias; Baixa produtividade das atividades económicas tradicionais; Cadeias de valor pouco estruturadas entre o setor primário e industrial; Falta de estruturação da ligação cidade – campo; Necessidade de dinamização do associativismo; Intervenção no Património local e identitário em elevado estado de degradação. Com a implementação da estratégia DLBC ADAE RURAL2020, pretende-se um território próspero para todos, em que a atividade económica nos espaços rurais partilhe o vigor empreendedor do setor industrial, um território solidário, cooperante e eficiente na forma como valoriza o seu património, utiliza os seus recursos e disponibiliza serviços a todos os seus cidadãos. Assim, as respostas da Estratégia de Desenvolvimento Local da parceria, consistem em: Ações de mobilização da comunidade, da promoção de projetos e de programas de apoio ao investimento, de ações de cooperação com outras experiências em outros territórios, com a aquisição de competência e capacitação da ETL, com implementação de medidas para garantir a coesão social e económica do território; melhorando o acesso a serviços e à educação; apoiando ações de empreendedorismo; proporcionando ações de formação profissional específica; criando mecanismos e apoiando a inovação através dos recursos existentes nomeadamente o conhecimento do IPL; estruturando o acesso a mercados, criando e dinamizando os circuitos curtos de comercialização; apoiando a diversificação das atividades nas explorações agrícolas; apoiando o desenvolvimento de novos produtos; criando ações de marketing territorial e de valorização dos produtos. Para o sucesso da implementação da EDL existem fatores críticos de sucesso transversais aos desafios que se pretende colmatar, apostando nos pontos fortes do território, tais como: a riqueza natural da Serra de Aire e Candeeiros e o Pinhal do Rei; existência de património histórico com referência mundial; a experiência da abordagem LEADER no território, desenvolvida pela ADAE; a existência de níveis elevados de cobertura de abastecimento e tratamento de água; as referências gastronómicas, culturais e paisagísticas; a existência de um clima favorável ao desenvolvimento do associativismo; níveis elevados de poder de compra; vigor industrial de alguns setores; tradição empreendedora. Para a concretização da EDL é fundamental a articulação com as forças vivas da região, com os instrumentos de financiamento do PDR 2020, com o PO Centro e EIDT da CIMRL.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O GAL ADAE, já com uma larga experiência na gestão dos programas Leader e outras iniciativas regionais propõe-se renovar o seu papel motor do desenvolvimento local no território rural em que incide a sua atividade.

Com base na avaliação do trabalho desenvolvido pela ADAE no anterior quadro de programação financeira, no diagnóstico realizado e no contributo da parceria refletiu-se sobre o posicionamento a valorizar face à promoção das potencialidades e mitigação das ameaças, e a resposta às necessidades e oportunidades referenciadas, e identificaram-se possíveis ações a desenvolver, tendo em conta o que é realisticamente alcançável ou se insere nos limites das DLBC nos moldes atuais.

Com uma atividade consolidada e pluridisciplinar no território desde há vinte anos, a parceria ADAE entende que é absolutamente fundamental a apresentação de uma estratégia pluridisciplinar, de forma a dar continuidade, consistência e consolidar sinergias e dinâmicas do território.

Efetivamente, trata-se de uma intervenção que apesar de ser apresentada de forma individual, só faz sentido que o território possa usufruir de uma intervenção concertada e pluridisciplinar que se complemente em prol da melhoria das condições de vida da população e do desenvolvimento da economia local e das comunidades.

São definidos 10 objetivos estratégicos, correspondentes às áreas de intervenção prioritárias identificadas pela comunidade nas sessões de trabalho já descritas, à luz dos desafios 2020. Uma vez definidos os fins, definem-se igualmente os objetivos operacionais (os meios), ou seja, as opções a tomar face à necessidade de orientar, mobilizar e gerir recursos escassos (humanos, financeiros, materiais e temporais), que materializarão a visão de forma eficiente e que beneficie toda a população. Os objetivos selecionados seguem as boas práticas recomendadas pela Comissão, na sua caracterização como “SMART”:

- Específicos, no que estabelecem o que vão abordar e com que meios.
- Quantificáveis, na medida em que corresponderão a metas quantificadas.
- Alcançáveis, exequíveis nos limites previstos no seio do Acordo de Parceria e legislação subsequente.
- Realistas, concretizáveis com a mobilização dos recursos DLBC.
- Restritos temporalmente.

No território do instrumento DLBC ADAE Rural 2020, são definidos um conjunto de objetivos estratégicos e objetivos específicos perfeitamente enquadrados nas áreas temáticas/eixos definidos para o DLBC Rural. Os objetivos estratégicos (OE) e objetivos específicos são as seguintes, correlacionando-os com as áreas de intervenção/prioridades de investimento e com os instrumentos de política à disposição.

EIXO 1. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E A VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS, TODOS OS TIPOS DE AGRICULTURA

OE1. Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas

Objetivo Específico 1.1. Promover a inovação ao nível de produtos, processos, técnicas e marketing.

Objetivo Específico 1.2. Promover a modernização tecnológica das explorações agrícolas.

Áreas de intervenção:

- Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização;
- Diversificação de atividades na exploração.

Instrumento de política: M10 FEADER – PDR 2020

EIXO 2. PROMOVER E QUALIFICAR CANAIS DE ESCOAMENTO DOS PRODUTOS

OE2. Promover a rentabilidade e o acesso a mercados dos produtos das explorações agrícolas aos centros urbanos

Objetivo Específico 2.1. Diversificar os canais de escoamento de produtos agrícolas.

Objetivo Específico 2.2. Promover mercados locais e produtos de qualidade junto dos centros urbanos.

Objetivo Específico 2.3. Apoiar a venda e divulgação de produtos locais de proximidade.

Objetivo Específico 2.4. Agregar produtores e entidades ao longo das cadeias valor do mundo rural no sentido da sua clusterização.

Áreas de intervenção:

- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos de qualidade locais;

Instrumento de política: M10 FEADER - PDR 2020

EIXO 3. PROMOVER EMPREENDEDORISMO E REFORÇAR DINÂMICAS ECONÓMICAS

OE3. Promover o surgimento de novas ideias na economia rural

Objetivo Específico 3.1. Incentivar o empreendedorismo em contexto rural.

Objetivo Específico 3.2. Incentivar atividades económicas de base local em contexto rural.

Objetivo Específico 3.3. Modernizar as explorações agrícolas.

Objetivo Específico 3.4. Refuncionalizar espaços e terras agrícolas.

Prioridades de investimento:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para

a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas

- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Instrumento de política: 8.8 FEDER; 8.3 FSE – PO CENTRO 2020

OE4. Fortalecer a coesão social

Objetivo Especifico 3.5. Contribuir para a satisfação de necessidades básicas em todos os territórios.

Objetivo Especifico 3.6. Promover o empreendedorismo e a inovação para a satisfação de necessidades da área social

Prioridades de investimento:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e Microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Instrumento de política: 8.8 FEDER; 8.3 FSE– PO CENTRO 2020

EIXO 4. QUALIFICAR O TERRITÓRIO E PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES RURAIS

OE5. Alcançar uma gestão mais sustentável do território

Objetivo Especifico 4.1. Apoiar a conservação e valorização do património rural natural

Objetivo Especifico 4.2. Apoiar a conservação e valorização do património rural imaterial.

Objetivo Especifico 4.3. Renovar as aldeias em territórios rurais através de iniciativas integradas.

Objetivo Especifico 4.4. Apoiar a renovação/conservação do património local de base identitária

Áreas de intervenção:

- Renovação de aldeias
- Fomentar a economia social terceiro setor através projetos com respostas sociais adequadas, inovadoras e sustentáveis/ Apoio Património construído

Prioridades de investimento:

- Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Instrumento de política: M10 FEADER – PDR 2020; 6.3 FEDER – PO CENTRO 2020

Apresentam-se ainda os seguintes objetivos na concretização do DLBC Rural no território, que apesar de não serem nesta candidatura objeto de enquadramento financeiro, assumem-se como importantes e fundamentais para a implementação da EDL:

EIXO 5. DINAMIZAÇÃO DA EDL

OE1. Mobilização e capacitação dos atores locais

Objetivo Especifico 5.1. Mobilizar, capacitar e dinamizar os atores locais.

Objetivo Especifico 5.2. Possibilitar canais de informação, apoio ou aconselhamento personalizados dos atores locais.

OE2. Animação do território

Objetivo Especifico 5.3. Promover ações de animação do território, no âmbito dos objetivos dos DLBC.

OE3. Integrar a promoção e disseminação relativa aos projetos apoiados no DLBC

Objetivo Especifico 5.4. Promover a visibilidade de projetos inovadores.

Objetivo Especifico 5.5. Promover os produtos locais tradicionais e de qualidade.

Objetivo Especifico 5.6. Promover o encontro de complementaridades e ganhos de escala para acesso a mercados de maior dimensão.

Objetivo Especifico 5.7. Mobilizar outros atores nos territórios.

OE4. CAPACITAR A EQUIPA TÉCNICA DO GRUPO DE AÇÃO LOCAL

Objetivo Especifico 5.8. Formar novas/reciclar competências no GAL.

EIXO 6. COOPERAÇÃO

OE5. Cooperação para o desenvolvimento e a inovação

Objetivo Especifico 6.1. Divulgar e disseminar produtos locais fora do contexto regional.

Objetivo Especifico 6.2. Aumentar o conhecimento em novas áreas e competências específicas através da partilha de experiências com outros GAL e outros projetos a nível Europeu.

Objetivo Especifico 6.3. Capitalizar os recursos, os projetos e os resultados dos DLBC ADAE.

São estes os objetivos que pretendemos alcançar com a implementação de EDL, com vista a um território próspero e acessível para todos, em que a atividade económica nos espaços rurais e costeiros partilham o vigor empreendedor do setor industrial e um território solidário e eficiente na forma como valoriza o seu património, utiliza os seus recursos e disponibiliza serviços a todos os seus cidadãos.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O processo de construção da DLBC pautou-se pelo envolvimento constante da comunidade local, conjunto de atores locais e regionais com maior relevância e atividade no território, reconhecendo a importância de garantir o melhor enquadramento para a aplicação dos diversos fundos comunitários que sustentam este novo instrumento, assente nas seguintes metodologias: proximidade com o território, fruto da experiência de terreno de 20 anos de atividade da ADAE e da interação com as populações e as instituições, que permitiu uma avaliação e um conhecimento profundo das necessidades de intervenção específicas no território; uma parceria multi-setorial consolidada e específica, numa ótica de democratização da participação da sociedade civil; análise da realidade local, dos problemas, das necessidades e oportunidades e da estratégia de intervenção.

Neste sentido, pretende dar continuidade à mobilização/participação dos atores territoriais, dando continuidade à organização de sessões de trabalho sob a forma de oficinas abertas a todas as entidades e cidadãos interessados, com orientação da ADAE e respetiva equipa técnica do GAL, com respetiva divulgação junto dos média, através das redes sociais e distribuição de material informativo acerca da realização das sessões.

Destaca-se o modelo de governação para a implementação da EDL, como um fator de participação ativa dos atores locais, caracterizado pela dinâmica criada, acompanhamento e avaliação da EDL, concretizada pela constituição da Assembleia da Parceria, do órgão de Gestão e pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento da parceria. Desta forma asseguramos o envolvimento e participação ativos dos parceiros, associados e da comunidade.

A parceria irá implementar as seguintes medidas para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL:

- Divulgação dos objetivos da intervenção e do seu âmbito de aplicação.
- Esclarecimento de dúvidas relativas ao processo administrativo a que obedece a tramitação das operações e sua análise.
- Apoio técnico a entidades e indivíduos no âmbito das candidaturas.
- Receção das operações e sua análise.
- Aprovação das operações, com base em critérios de seleção e admissibilidade.
- Análise dos pedidos de pagamento.
- Realização de visitas de acompanhamento das operações.
- Notificação dos promotores para efeitos da avaliação da execução das operações e preparação de respostas a esclarecimentos em sede de auditoria.
- Comunicação com a autoridade de gestão.
- Monitorização das execuções.
- Realização de estudos piloto.
- Participação em Mostras e Ações de Promoção Conjuntas
- Apoio e Promoção da Agricultura Local
- Exposições itinerantes de sensibilização
- Exposições etnográficas
- Promoção do Território (edição de publicações, material promocional e merchandising do território)
- Participação em feiras e mostras de produtos locais
- Mobilização da população para as medidas do DLBC.
- Implementação do plano de ações integradas no domínio da promoção.
- Desenvolvimento de outras atividades como a mediação e a elaboração de estudos e levantamentos.
- Gestão dos projetos de cooperação para o desenvolvimento
- Dinamização ou integração de projetos em parceria com relevância para os DLBC.
- Apoio à cooperação entre os diferentes atores das intervenções.
- Ações de formação e de aprendizagem da equipa técnica.
- Apoio a outras iniciativas de investimento e criação de emprego.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A Aposta da Região de Leiria para o período 2014-2020 está traduzida na EIDT para a região, alicerçada na Agenda Europeia 2020, alinhado com as metas acordadas entre o Estado Português e a UE, a fim de melhorar a competitividade e promover o crescimento e o emprego para a comunidade. O processo assumiu uma metodologia estratégica e inclusiva dos agentes e partes interessadas, mobilizados através de um Grupo de Ação Regional. A elaboração da EIDT para a região desenvolveu-se em 5 fases interdependentes: planeamento, diagnóstico, mobilização da comunidade, estratégia e ação. Sustentado num trabalho de proximidade, pontuado pela realização proveitosa de reuniões e debates alargados, foi alcançada a seguinte

visão, que orienta as opções estratégicas a tomar pelos diversos agentes: Em 2020, a região de Leiria será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção. Uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida. A visão é alcançada através dos seguintes objetivos gerais (OG), alicerçados nas especificidades da Região de Leiria, enquadrados nas diferentes áreas (A) e de acordo com as orientações da união Europeia para o Quadro Estratégico Comum 2014-2020:

- Simplificação Administrativa (A1) – Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários (OG1);
- Educação e competências (A2)-Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento (OG2);
- Coesão social (A3)-Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social (OG3);
- Gestão dos recursos (A4)-Melhorar a sustentabilidade e produtividade de utilização de recursos através do aumento da eficiência dos sistemas de distribuição e de tratamento de água e de resíduos urbanos e industriais (OG4);
- Alterações climáticas (A5)-Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica (OG5);
- I&d+i e internacionalização (A6)-Melhorar a ligação entre ciência e empresas e promover a comercialização dos resultados da investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços de valor acrescentado, através de uma nova perspetiva assente na satisfação das necessidades de procura no mercado (OG6);
- Empreendedorismo (A7)-Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas (OG7);
- Sociedade digital (A8)-Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações (OG8);
- Reabilitação urbana (A9)-Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e contribuir para uma mobilidade sustentável através da aposta em sistema multimodais com integração de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo (OG9);
- Especialização Inteligente–moldes (A10) - Consolidar o posicionamento do cluster dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva (OG10);
- Especialização Inteligente–habitat (A11) - Implementar uma iniciativa de construção do Cluster dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de cluster nacional (OG11);
- Especialização Inteligente–Floresta (A12) - Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional (OG12);
- Especialização Inteligente–Turismo (A13) - Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade na nível nacional e internacional (OG13).

A aposta da Região de Leiria centra-se principalmente em duas vertentes: modernização de setores tradicionais e diversificação relacionada com os seus domínios de especialização.

Complementarmente aos domínios de especialização inteligente da Região de Leiria foram identificadas atividades adjacentes a estes domínios e que correspondem: maquinaria para o lazer; investigação e desenvolvimento em novos materiais e materiais de desenvolvimento rápido; energia de biomassa; turismo de saúde e bem-estar; turismo cultural e paisagístico; e, construção sustentável e inteligente.

Face a este contexto, a concretização da Estratégia integrada de desenvolvimento territorial da Região de Leiria compreende a implementação de 15 medidas, com um conjunto de ações que dão resposta aos objetivos gerais: Programa + Escola, Sistema Regional de Qualificação e Respostas Profissionais, Sistema Regional de Apoio à Inclusão e Coesão, Programa Regional de Gestão Integrada da Água, Programa Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa Regional Energia Eficiente e Renovável, Programa Regional de Proteção Ambiental, Reforço de reforço da I&D e da Inovação, Programa + Empresas, Programa Leiria Digital 2.0, Programa de requalificação Urbana e Mobilidade Sustentável, Programa de expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos, Programa de incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do Habitat. Programa de valorização económica da Floresta. Programa de diversificação

de oferta turística.

Em resumo poder-se-á dizer que a Estratégia DLBC contribuirá principalmente para os seguintes objetivos gerais indicados anteriormente: OG2, OG3, OG4, OG6, OG7 e OG9.

Os objetivos estratégicos do DLBC Rural enquadram-se nas áreas de intervenção prioritária da região de Leiria da seguinte forma:

- OE1 Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas – áreas 3, 4, 5, 6, 7, 12 e 13
- OE2 Promover a rentabilidade e o acesso a mercados dos produtos das explorações agrícolas aos centros urbanos – áreas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 e 13
- OE3 Promover o surgimento de novas ideias na economia rural – áreas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12 e 13
- OE4 Fortalecer a coesão social – áreas 1, 2, 3, 4, 7, 12 e 13
- OE5 Alcançar uma gestão mais sustentável do território – áreas 2, 7, 12 e 13

A DLBC ADAE RURAL2020 encontra-se em sintonia com a EIDT da CIMRL, sendo complementar e fundamental para o território.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Na sequência do diagnóstico do território para a implementação da ELD, apresentamos os eixos, objetivos estratégicos e específicos e principais resultados a atingir no âmbito de cada uma das medidas dos diferentes programas financiadores (PDR 2020FEADER e PO CENTRO-FEDER e FSE), com uma dotação de fundo de 3564269,61€ PDR 2020 – FEADER - 1967139,43€ Resultados a atingir: Montante de Despesa pública NºProjetos apoiados NºProjetos/beneficiários apoiados % Explorações ou Beneficiários apoiados na reestruturação ou Modernização % Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de Qualidade NºEmpregos criados através de projetos LEADER apoiados N.ºEfeito multiplicador investimento público no investimento privado AI1-Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas: Eixo 1Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura OE1.Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas Obj.Esp. 1.1.Promover a inovação ao nível de produtos, processos, técnicas e marketing Obj.Esp 1.2 Promover a modernização tecnológica das explorações agrícolas. AI2-Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização Eixo 1. Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura OE1. Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas Obj.Esp 1.1. Promover a inovação ao nível de produtos, processos, técnicas e marketing Obj.Esp 1.2.Promover a modernização tecnológica das explorações agrícolas. AI3- Diversificação de atividades na exploração Eixo 1.Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura OE1. Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas E Obj. Especifico 1.1. Promover a inovação ao nível de produtos, processos, técnicas e marketing Obj.Esp 1.2 Promover a modernização tecnológica das explorações agrícolas. AI4- Cadeias curtas e mercados locais Eixo 2.Promover e qualificar canais de escoamento dos produtos OE2. Promover a rentabilidade e o acesso a mercados dos produtos das explorações agrícolas aos centros urbanos Obj.Esp 2.1.Diversificar os canais de escoamento de produtos agrícolas. Obj Esp 2.2.Promover mercados locais e produtos de qualidade junto dos centros urbanos. Obj.Esp 2.3.Apoiar a venda e divulgação de produtos locais de proximidade. Obj.Esp 2.4.Agregar produtores e entidades ao longo das cadeias valor do mundo rural AI5- Promoção de produtos de qualidade locais Eixo 2.Promover e qualificar canais de escoamento dos produtos OE2. Promover a rentabilidade e o acesso a mercados dos produtos das explorações agrícolas aos centros urbanos Obj.Esp 2.1.Diversificar os canais de escoamento de produtos agrícolas. Obj.Esp 2.2.Promover mercados locais e produtos de qualidade junto dos centros urbanos. Obj.Esp 2.3.Apoiar a venda e divulgação de produtos locais de proximidade. Obj.Esp 2.4.Agregar produtores e entidades ao longo das cadeias valor do mundo rural AI6- Renovação de aldeias e AI7 -Fomentar a economia social terceiro setor através projetos com respostas sociais adequadas, inovadoras e sustentáveis/ Apoio Património construído Eixo 4.Qualificar o território e promover a qualidade de vida das comunidades rurais OE5.Alcançar uma gestão mais sustentável do território Obj.Esp 4.1.Apoiar a conservação e valorização do património rural natural Obj.Esp 4.2.Apoiar a conservação e valorização do património rural imaterial Obj.Esp 4.3.Renovar as aldeias em territórios rurais através de iniciativas integradas Obj.Esp 4.4.Apoiar a renovação/conservação do património local de base identitária POCENTRO

2020 - FEDER - 657369,55€ Resultados a atingir: N.º Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego % Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio N.º Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado N.º Empresas apoiadas % Aumento do nº esperado visitantes sítios património cultural e natural e atração beneficiários de apoio % Aumento de dormidas estabelecimentos hoteleiros/aldeamentos e outros PI 8 a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas Eixo 3. Promover empreendedorismo e reforçar dinâmicas económicas OE3. Promover o surgimento de novas ideias na economia rural Obj. Esp 3.1. Incentivar o empreendedorismo em contexto rural. Obj. Esp 3.2. Incentivar atividades económicas de base local em contexto rural. Obj. Esp 3.3. Modernizar as explorações agrícolas. Obj. Esp 3.4. Refuncionalizar espaços e terras agrícolas. PI 6.3 a) Património cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO. b) Património natural i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação Eixo 4. Qualificar o território e promover a qualidade de vida das comunidades rurais OE5. Alcançar uma gestão mais sustentável do território Obj. Esp 4.1. Apoiar a conservação e valorização do património rural natural Obj. Esp 4.2. Apoiar a conservação e valorização do património rural imaterial Obj. Esp 4.3. Renovar as aldeias em territórios rurais através de iniciativas integradas Obj. Esp 4.4. Apoiar a renovação/conservação do património local de base identitária POCENTRO 2020 - FSE - 939760,63€ Resultados a atingir: N.º Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego % Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio N.º Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado N.º Empresas apoiadas PI 8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho Eixo 3. Promover empreendedorismo e reforçar dinâmicas económicas OE3. Promover o surgimento de novas ideias na economia rural Obj. Esp 3.1 Incentivar o empreendedorismo em contexto rural Obj. Esp 3.2 Incentivar atividades económicas de base local em contexto rural Obj. Esp 3.3 Modernizar as explorações agrícolas Obj. Esp 3.4 Refuncionalizar espaços e terras agrícolas

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A parceria ADAE RURAL 2020 tem por objetivo implementar uma estratégia, contribuindo para a sustentabilidade socioeconómica da região para um território próspero para todos, em que a atividade económica nos espaços rurais partilhem o vigor empreendedor do setor industrial e um território solidário e eficiente na forma como valoriza o seu património, utiliza os seus recursos e disponibiliza serviços a todos os seus cidadãos. A EDL foi construída em articulação com as orientações estratégicas nacionais, regionais e em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIMRL. Nesse sentido, foram definidos os seguintes eixos temáticos: Eixo 1. Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura Eixo 2. Promover e qualificar canais de escoamento dos produtos Eixo 3. Promover empreendedorismo e reforçar dinâmicas económicas Eixo 4. Qualificar o território e promover a qualidade de vida das comunidades rurais Eixo 5. Dinamização da EDL Eixo 6. Cooperação A presente estratégia assume como desafios estratégicos, específicos e transversais os definidos para os DLBC rurais e que na parceria assumem uma importância transversal em todo o território: OE1. Promover a capacidade de inovação e transferência de tecnologia para as explorações agrícolas Obj. Esp. 1.1. Promover a inovação ao nível de produtos, processos, técnicas e marketing. Obj. Esp. 1.2. Promover a modernização tecnológica das explorações agrícolas. OE2. Promover a rentabilidade e o acesso a mercados dos produtos das explorações agrícolas aos centros urbanos Obj. Esp. 2.1. Diversificar os canais de escoamento de produtos agrícolas. Obj. Esp. 2.2. Promover mercados locais e produtos de qualidade junto dos centros urbanos. Obj. Esp. 2.3. Apoiar a venda e divulgação de produtos locais de proximidade. Obj. Esp. 2.4. Agregar produtores e entidades ao longo das cadeias valor do mundo rural OE3. Promover o surgimento de novas ideias na economia rural Obj. Esp. 3.1. Incentivar o empreendedorismo em contexto rural Obj. Esp. 3.2. Incentivar atividades económicas de base local em contexto rural Obj. Esp. 3.3. Modernizar as explorações agrícolas Obj. Esp. 3.4. Refuncionalizar espaços e terras agrícolas OE4. Fortalecer a coesão social Obj. Esp. 3.5. Contribuir para a satisfação de necessidades básicas em todos os territórios. Obj. Esp. 3.6. Promover o empreendedorismo e a inovação para a satisfação de necessidades da área social OE5. Alcançar uma gestão mais sustentável do território Obj. Esp. 4.1. Apoiar a conservação e valorização do património rural natural Obj. Esp. 4.2. Apoiar a conservação e valorização do património rural imaterial Obj. Esp. 4.3. Renovar as aldeias em territórios rurais através de iniciativas integradas Obj. Esp. 4.4. Apoiar a renovação/conservação do património local de base identitária OET1. Mobilização e capacitação dos atores locais Obj. Esp. 5.1. Mobilizar, capacitar e dinamizar os atores locais Obj. Esp. 5.2. Possibilitar canais de informação, apoio ou aconselhamento personalizados dos atores locais OET2. Animação do território Obj. Esp. 5.3. Promover ações de animação do território, no âmbito dos objetivos dos DLBC OET3. Integrar a promoção e disseminação relativa aos projetos apoiados no DLBC Obj. Esp. 5.4. Promover a visibilidade de projetos inovadores Obj. Esp. 5.5. Promover os produtos locais tradicionais e de qualidade Obj. Esp. 5.6. Promover o encontro de complementaridades e ganhos de escala para acesso a mercados de maior dimensão Obj. Esp. 5.7. Mobilizar outros atores nos territórios OET4. Capacitar a equipa técnica do grupo de ação local Obj. Esp. 5.8. Formar novas competências no GAL OET5. Cooperação para o desenvolvimento e a inovação Obj. Esp. 6.1. Divulgar e disseminar produtos locais fora do contexto regional Obj. Esp. 6.2. Aumentar o conhecimento em novas áreas e competências específicas através da partilha de experiências com outros gal e outros projetos a nível europeu Obj. Esp. 6.3. Capitalizar os recursos, os projetos e os resultados dos DLBC ADAE Contribuem para a concretização destes objetivos as seguintes ações/medidas: Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade da agricultura no território; promover a organização das cadeias alimentares, através de sistemas de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas e da promoção em mercados locais e circuitos curtos; apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria e criação de emprego e empresas; conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico do território rural, apoiando iniciativas que promovam a cultura local e o fomento de iniciativas locais, materiais e imateriais, que contribuam para o desenvolvimento local, valorização da cultura e dinamização do associativismo.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	10,00	38,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	5,00	344 249,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	15,00	442 606,37€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	13,00	442 606,37€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	7,00	344 249,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	196 713,94€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	2,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	196 713,94€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	22,00	55,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	939 760,63€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 8a g) Proj. invest. para a expansão de peq. e microempres exist. base local ou para a criaç novas empresas e pequ. negóc, designadam. na área da valorizaç e expl. de recursos endógenos, artesanato e da economia verde, incl. o desenvolv. de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	16,00	Postos de trabalho criados	9,00	22,00	591 632,60€
--	-------	--	----------------------------------	------	-------	----------------------------	------	-------	-------------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	<p>PI 6c aii) Proteç, valorizaç, conservaç e promoç do patrim histórico e cultural c/ elevado interesse turístico, incl em particular aquele que já é Patrim da Humanidad reconhecido p/ UNESCO.</p> <p>PI 6c bii) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos...</p>	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	326,00	814,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,14	0,72	65 736,95€
--	-------	---	--	--------	--------	--	------	------	------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	DLBC RURAL - FEADER	Estratégias (n.º)	0,00	1,00				1 967 139,43€
99.M10 - LEADER	FEADER	DLBC RURAL - FEADER				Efeito Multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	1 967 139,43€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	DLBC RURAL - FEDER	Estratégias (n.º)	0,00	1,00				657 369,55€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	DLBC RURAL - FEDER				Efeito Multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	657 369,55€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	1 967 139,42€
FSE	939 760,63€
FEDER	657 369,55€
Total	3 564 269,60€

Pressupostos

Relativamente aos fundos FSE e FEDER, os pressupostos resultam da fórmula aplicada pelas entidades gestoras dos programas financiadores. No caso do FEADER os pressupostos resultam da experiência do GAL ADAE na aplicação dos quadros comunitários anteriores. A distribuição da dotação financeira proposta entre os vários Eixos/Medida do Programa Ação do Pacto resultam da estratégia definida no âmbito do DLBC.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Entendendo a ADAE que os processos de cooperação devem revestir um fórum privilegiado de diálogo, de cooperação na verdadeira aceção da palavra, de aprendizagens mútuas e de trocas de experiências, consideramos que a cooperação se tem tornado, ao longo dos tempos, num instrumento de dinamização do território que temos vindo a impulsionar, revelando-se uma importante mais-valia no âmbito dos processos de desenvolvimento do território que a ADAE desenvolve, quer através do Programa LEADER, do PRODER, quer através de outros programas e parcerias. A cooperação é uma ferramenta importante para os territórios rurais aumentarem a sua competitividade, desenvolvendo-se económica e socialmente. É objetivo da Associação e da parceria dar continuidade à estratégia de partilha/troca de experiências e boas práticas e ainda desenvolver atividades de forma conjunta, que sejam um importante contributo e uma mais valia para a implementação das estratégias de desenvolvimento local, visando dar resposta a necessidades e problemas concretos e gerando um efetivo valor acrescentado para a dinamização e o desenvolvimento dos territórios rurais. Assim, a estratégia global de cooperação da ADAE para o território pode resumir-se do seguinte modo: alcançar progressos significativos e tangíveis na cooperação Nacional e Transnacional, direcionados para o desenvolvimento territorial de forma coesa, sustentável e equilibrada, promovendo os produtos e o património material e imaterial. De realçar o protocolo de cooperação assinado entre as associações da região centro com o objetivo de definição de uma estratégia conjunta e afirmar e potenciar a experiência das ADL/GAL. Os objetivos da cooperação no território assentam na promoção do território e valorização e dinamização da economia local e das relações económicas entre os diversos territórios envolvidos; o acesso a novos mercados, para promover e vender os produtos locais e o próprio território; o reforço da coesão territorial e da complementaridade entre territórios; a troca e aquisição de competências pessoais e institucionais (planeamento estratégico, orientação para os resultados, dinamização local e gestão de projetos); o aumento de massa crítica, por forma a ganhar dimensão; a afirmação institucional e aumento da auto-estima local e a criação de redes de trabalho e aproveitamento de sinergias entre os vários grupos de ação local.

Para concretizar os desafios da cooperação, a ADAE pretende desenvolver um conjunto de projetos de cooperação nacional e transnacional, em diversas áreas, tais como: divulgação e promoção do território e dos seus produtos e recursos endógenos; aumento do conhecimento e aplicação de novos saber-fazer, através do intercâmbio e partilha de conhecimentos e boas práticas, tecnologias e/ou métodos de trabalho; diversificação das formas de comercialização e acesso a novos mercados; valorização e qualificação dos recursos do território; definição de normas e de metodologias comuns. Nesse sentido, é importante dar continuidade aos projetos Portugal Rural, Sementes de Futuro, Região Solidária, Marketing Institucional, Cooperar em Português, implementar o PROVE, promovendo a cooperação entre associações portuguesas dos PALOP e da Europa.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo organizacional de gestão no âmbito da prossecução da EDL da parceria ADAE RURAL 2020 será assegurado pelos seguintes órgãos: (cuja constituição dependerá da aprovação da presente candidatura)
Assembleia da Parceria – GAL ADAE RURAL 2020

A Assembleia da Parceria da ADAE integra todos os parceiros do GAL que subscreveram o protocolo de parceria ADAE RURAL 2020, e constitui-se como um órgão deliberativo da parceria e de acompanhamento da EDL no âmbito da iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

A Assembleia da Parceria tem as seguintes competências: assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) definida e, se necessário, promover a sua alteração; cumprir com os normativos e recomendações decorrentes da aplicação do Desenvolvimento Local.

Órgão de gestão

O Órgão de Gestão é composto por 7 elementos (1 presidente e 6 vogais), representará o universo de Parceiros Públicos e Parceiros Privados, de forma a assegurar uma representação equilibrada neste órgão, dando cumprimento ao definido pelas normas comunitárias e nacionais, cuja representação maioritária é de entidades coletivas de direito privado, com as competências definidas no regulamento interno, que são: assegurar a prossecução dos objetivos, de acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Local definida para este Programa; participar técnica, financeira e administrativamente na execução do Programa e fiscalizar a correta aplicação da comparticipação comunitária da ADAE para o seu Território de Intervenção; exercer o seu poder de decisão relativamente às candidaturas apresentadas; cumprir e fazer cumprir os normativos nacionais e comunitários aplicáveis, e analisar e decidir os projetos tendo por base os regulamentos específicos, para cada tipologia de ações/medidas.

É ao Órgão de Gestão que compete tomar as decisões no sentido de garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da EDL, nomeadamente aprovação, recusa, não aprovação, anulação ou suspensão dos projetos apresentados, com base nos pareceres emitidos pela Estrutura Técnica, de acordo com os regulamentos e orientações técnicas da autoridade de gestão do PDR 2020, devendo aplicar-se a regra estatutária que rege este Órgão.

São realizadas periodicamente reuniões do Órgão de Gestão, que possui plenos poderes para desempenhar as tarefas relacionadas com a execução do Programa, estando para tal incumbido pelos órgãos sociais e consultivos da ADAE.

Conselho Estratégico para o Desenvolvimento da parceria – enquadra-se na figura de um órgão consultivo do GAL ADAE, que pretende que as instituições do território que são determinantes para o desenvolvimento da parceria possam intervir como parceiros através deste órgão, tendo por objetivo apoiar o OG e a ETL na implementação da estratégia no território através da emissão de parecer.

Estrutura Técnica Local – ETL

A ETL constitui-se como uma equipa técnica multidisciplinar de apoio ao Órgão de Gestão, na implementação da EDL, cuja composição e funções são as seguintes:

1 Coordenador responsável pela gestão técnica e financeira e avaliação da EDL, competindo ainda secretariar as reuniões do Órgão de Gestão e respetiva elaboração das atas;

4 Técnicos Analistas com funções de análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da Gestão de Fundos e Programas; divulgação de iniciativas; reuniões de exterior com potenciais promotores; atendimento de promotores; acompanhamento/orientação de promotores; receção, organização interna dos processos, registo e análise dos mesmos; preparação de informação para ceder aos promotores relativamente à decisão dos respetivos órgãos; acompanhamento dos processos aprovados; receção, análise e despacho de pedidos de pagamento; acompanhamento da execução física e financeira dos projetos; encerramento de projetos, com vistoria dos processos e emissão de certificado de conclusão; Elaboração de relatórios para as Entidades Nacionais, responsáveis pela Gestão de Programas; participação em projetos de cooperação nacional e transnacional;

3 Técnicos administrativos/animação, com funções de apoio administrativo na gestão da EDL e na área da animação e divulgação e ainda acompanhamento técnico dos pedidos de apoio; atendimento e apoio técnico aos potenciais beneficiários; cooperação.

1 Técnico administrativo/RH com funções de apoio administrativo na gestão da EDL e no acompanhamento e gestão de RH, acompanhamento técnico dos pedidos de apoio; atendimento e apoio técnico aos potenciais beneficiários; cooperação.

Importa salientar que a segregação de funções está devidamente assegurada para garantir transparência e rigor na gestão de fundos públicos.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Em estreita colaboração com o SIG – Sistema de Informação Geográfica da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a ADAE dispõe de um sistema de informação (Smart Inteligence), que permite monitorizar e acompanhar a execução dos projetos. Permite a georreferenciação dos mesmos o que possibilita a localização das operações e extrair informação para análise estatística, bem como a distribuição espacial no território de intervenção. Tem ainda como mais-valia a emissão de informação e alertas da execução física, financeira e temporal dos projetos, em interligação com as plataformas oficiais dos programas no âmbito PDR2020.

A ADAE tem implementado o sistema da qualidade de acordo com a norma ISO 9001:2008 no desenvolvimento da sua atividade. Neste âmbito, com vista ao bom funcionamento e gestão do Programas e de acordo com o procedimento da gestão da qualidade PGQ 14 – controlo do serviço, que tem por objetivo descrever o processo e o modo de assegurar o seu controlo a todos os serviços da responsabilidade do gabinete de planeamento e projeto, onde se insere a gestão/implementação dos programas. É elaborado um dossier metodológico, que tem por objetivo, conforme definido no fluxograma do serviço, explicar a forma como se desenvolve todo o processo de implementação e gestão do programa, de acordo com as normas e legislação aplicáveis. Fazem parte deste dossier um conjunto de impressos utilizados para registo, monitorização e avaliação do programa.

Na gestão do programa são utilizados diversos instrumentos e ferramentas de avaliação nomeadamente, guiões de condução de reuniões (guião de atendimento geral e guião de reuniões com beneficiários), formulário de candidatura, guião de apoio ao preenchimento do formulário, check-list de documentos, normas e legislação de apoio e diversos impressos.

Os impressos utilizados, tendo por objetivo operacionalizar a gestão/implementação do Programa são: Lista de presença de sessão de esclarecimentos Programa, listagem de projetos recebidos, lista de Normas e Legislação, formulário e guião de preenchimento de projetos, declaração de recebimento de documentação, guião (atendimento geral, receção PP e PA), listagem de PP recebidos, relatório de VFL, registo de acompanhamento do PA.

Relativamente às ações de acompanhamento e controlo dos projetos podem ser efetuadas vistorias sem aviso prévio, que têm por objetivo recolher elementos de fundamentação dos pareceres a emitir na análise da ETL sendo elaborado o respetivo relatório de visita documentado com as fotografias que serão arquivadas junto do mesmo no processo; é efetuado um acompanhamento ao projeto e, sempre que os prazos não estão a ser cumpridos, o promotor é notificado, alertando-o para a falta de cumprimento dos prazos, sendo estabelecida a data limite para o seu cumprimento. São concedidas reuniões/esclarecimentos aos promotores sempre que estes as solicitem, por forma a proporcionar uma boa execução do projeto.

Durante da fase de acompanhamento da execução das operações e sempre que necessário, quer por parte da ETL, quer por parte dos promotores, são realizadas sessões de esclarecimentos na sede da ADAE ou em qualquer outro local junto dos parceiros.

Com as ações/instrumentos de avaliação e acompanhamento dos projetos apresentados, a ADAE dispõe permanentemente de informação atualizada dos projetos e do programa em geral.

Nas reuniões do Órgão de Gestão é efetuado o acompanhamento dos projetos (aprovação, alterações, anulações, desistências, entre outras situações), alterações à dotação financeira da EDL, questões relacionadas com a execução física e financeira dos projetos que exijam aprovação/tomada de conhecimento por parte do OG. No final das reuniões são lavradas as respetivas atas, as quais são arquivadas em dossier próprio.

A ADAE utiliza uma Folha de Pilotagem - Indicadores dos Objetivos da Qualidade (modelo 1.12), elaborada trimestralmente, onde estão definidos os objetivos da Qualidade, a Interação com Política da Qualidade, os Indicadores, o Acompanhamento do Indicador, a Responsabilidade/Prazo Implementação e a data de verificação, o que permite aferir periodicamente o acompanhamento do programa, com vista à identificação de eventuais não conformidades e/ou oportunidades de melhoria, os quais são registados e tratados em impresso próprio (modelo 10.4), indicando as ações a efetuar, responsabilidade e datas aplicáveis. A eficácia de tais alterações é efetuada na verificação periódica seguinte.

É ainda elaborado um plano de controlo de projeto, onde estão definidas as atividades/fases do programa, e a sua calendarização, fazendo-se o registo da respetiva verificação (modelo 14.10).

No sentido da uniformização de processos envolvidos na gestão da EDL, o regulamento interno da gestão da EDL, tem por objetivo definir as normas de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, para a implementação da EDL, tendo por base os normativos em vigor, modelo de desenvolvimento para o território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades, através da valorização dos seus recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

Este modelo de governação do nosso território de intervenção. caracterizado pela participação dos agentes

locais nas tomadas de decisões, devidamente organizados em parcerias denominado GAL, com uma Estratégia de Desenvolvimento para o território, compreendendo a cooperação com outros territórios e integrando-se em rede, é gerida pela ADAE.

Os procedimentos desenvolvidos no âmbito da gestão da EDL, serão objeto de integração no Sistema de Gestão da Qualidade da ADAE, que implica as descrições e instruções das ações a executar, e respetivos fluxogramas, permitindo a uniformização dos procedimentos e dando a conhecer em qualquer momento da atividade o que foi feito e o que falta fazer.

No âmbito no SGQ, são definidos anualmente os objetivos e quantificados indicadores para as atividades a que a ADAE se propõe desenvolver e que vêm descritas nos planos de atividade anualmente formulados e validados pelos órgãos sociais da ADAE. É possível desenvolver um acompanhamento e avaliação dos objetivos inicialmente previstos comparando os resultados com os indicadores definidos, analisando os desvios, tomando as devidas medidas preventivas, corretivas e de melhoria. Trimestralmente, através de impresso próprio, a ADAE faz a avaliação do programa, com vista à identificação de eventuais não conformidades e/ou oportunidades de melhoria, os quais são registados e tratados em impresso próprio. São realizadas periodicamente reuniões do Órgão de Gestão, que possui plenos poderes para desempenhar as tarefas relacionadas com a execução do Programa, estando para tal incumbido pelos órgãos sociais e consultivos da ADAE

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	protocolo_adls_centro.pdf	24/07/2015 22:41	212898779
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Tabela_orgao_gestao.pdf	24/07/2015 22:38	212898779
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-026.pdf	30/09/2015 09:56	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Tabela_ETL.pdf	24/07/2015 22:39	212898779
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-026.pdf	24/07/2015 23:11	212898779
Protocolo de parceria	protocolos_parceria_ADAE_RURAL_2020.pdf	24/07/2015 22:10	212898779